

# Saiba o que os presidentiáveis pretendem fazer para reduzir o desemprego

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), quase 3,2 milhões de brasileiros buscam vaga há mais de dois anos

**HF** Hamilton Ferrari **VB** Vera Batista

postado em 17/08/2018 06:00 / atualizado em 17/08/2018 11:05

A redução das taxas de desemprego é certamente um dos maiores desafios a ser enfrentado pelo próximo presidente. O número de pessoas em busca de colocação há mais de dois anos bateu recorde no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 3,16 milhões de brasileiros estavam nessa condição no segundo trimestre de 2018. Eles representavam 24% dos 12,966 milhões de trabalhadores desempregados no período.

Além desses, 1,86 milhão de trabalhadores procuram emprego há mais de um ano. A maior parte dos desempregados (6,079 milhões) está em busca de oportunidade há menos de um ano. Na faixa dos que tentam um trabalho há menos de um mês, há 1,869 milhão de pessoas. Ainda, de acordo com a Pnad, no segundo trimestre de 2018, 27,6 milhões de pessoas estavam sem emprego ou em ocupações abaixo da sua qualificação. A chamada taxa de subutilização da força de trabalho — que agrega os desempregados, os subocupados e a força de trabalho potencial — foi de 24,6% no período, percentual que ficou estável em relação aos três primeiros meses do ano (24,7%), mas subiu na comparação com o mesmo período de 2017 (23,8%).

Outro dado que chama a atenção, segundo Cimar Azeredo, coordenador da pesquisa, é o contingente de desalentados, que chegou a 4,4% da força de trabalho, o maior nível da série histórica, iniciada em 2012. A quantidade de pessoas desalentadas — que não procuraram emprego porque acham que não têm chance de conseguir — chegou a 4,8 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 14 anos, 200 mil a mais do que no primeiro trimestre (4,6 milhões) e bastante acima do registrado no segundo trimestre de 2017 (4 milhões).

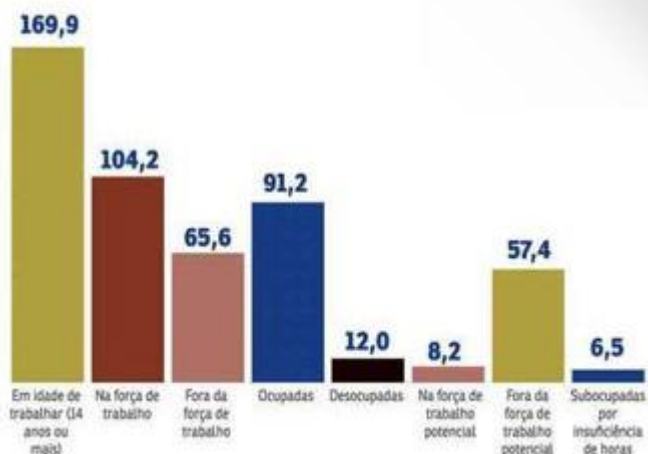
Na análise de especialistas do mercado financeiro, a situação poderá melhorar ou piorar, a depender de quem vai ocupar o Palácio do Planalto em 2019 (**veja abaixo as propostas dos candidatos**). “Todos os indicadores mostram que a economia está fragilizada, os contribuintes estão deixando de honrar seus compromissos básicos, as empresas não contratam e o endividamento público aumenta. Só será possível ter uma noção do que vai acontecer no país após os políticos eleitos anunciarem as diretrizes da política econômica, e como conduzirão as principais reformas”, disse **Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating**. Ele explicou que os investimentos estão em compasso de espera, principalmente os de longo prazo. “Pouco será feito enquanto não se destravar o nó político”, afirmou.

# Eleições

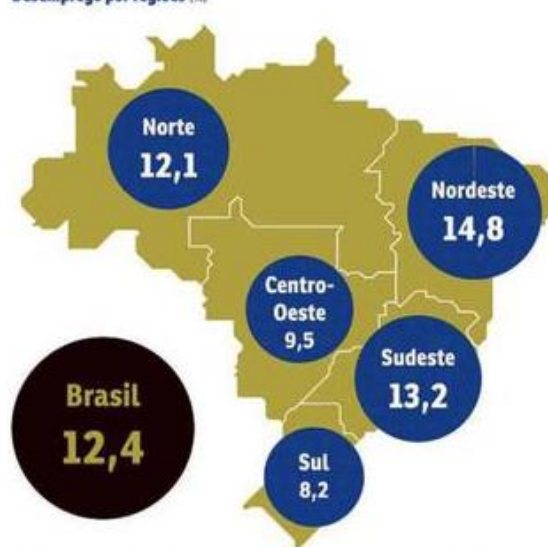
## Cenário desolador

Brasileiros sofrem nas filas do desemprego

Retrato da crise (Em milhões de pessoas) \*



## Desemprego por regiões (%)\*



\* Dados do segundo trimestre de 2018

Fonte: Pnad Contínua/IBGE

(foto: CB/D.A Press)

O resultado da Pnad Contínua, em 2018, já era esperado, na análise de César Bergo, sócio-investidor da corretora OpenInvest. “Fala-se muito da greve dos caminhoneiros e da dificuldade de recuperação, principalmente da indústria de construção civil. A paralisação apenas expôs a falta de infraestrutura e de estratégias de distribuição”, afirmou. “A partir de outubro, ao ficar delineado quem vai mandar no país, os empresários vão se antecipar e abrir novas vagas. O emprego é crucial. Não se pode viver com esses números”, disse.

Para Bergo, a economia ainda pode piorar se não forem divulgados projetos para resolver o desemprego, encaminhar as reformas estruturais e um programa efetivo de combate à corrupção. “No momento, o que se vê é um plano Frankenstein. Cada um apresenta uma proposta boa e 10 ruins”, avaliou.

## Categorias

No segundo trimestre de 2018, a taxa de desocupação no país foi de 12,4%. Entre as unidades da Federação, registraram as maiores taxas Amapá (21,3), Alagoas (17,3%), Pernambuco (16,9%), Sergipe (16,8%) e Bahia (16,5%). As menores foram observadas em Santa Catarina (6,5%), Mato Grosso do Sul (7,6%), Rio Grande do Sul (8,3%) e Mato Grosso (8,5%).

As mulheres eram maioria na população em idade de trabalhar no Brasil (52,4%). Porém, entre as pessoas ocupadas predominavam os homens (56,3%). De acordo a Pnad Contínua, o nível da ocupação dos homens era de 63,6% no segundo trimestre, e o das mulheres, de 44,8%. Elas representavam 51% da população desocupada e também se mantiveram como a maior parte da população fora da força de trabalho (64,9%).

Segundo os dados do IBGE, o desemprego afeta mais significativamente também as populações de pretos e pardos. Em 2012, antes da crise provocada pelo governo de Dilma Rousseff, havia 7,6 milhões de pessoas desempregadas no país, sendo que 48,9% eram pardos, 10,2%, pretos e 40,2%, brancos. Hoje, do contingente de 13 milhões de desempregados, os brancos são 35%, os pardos representam 52,3% e os pretos, 11,8%. A diferença também é percebida na taxa de desocupação. O índice para os que se declararam brancos ficou abaixo da média nacional (12,4%), em 9,9%, enquanto pretos têm 15% e pardos, 14,4%.

# Propostas dos candidatos

*Confira como os principais postulantes ao cargo de presidente pretendem lidar com o problema do desemprego*

## » **Álvaro Dias (Podemos)**

Defende a adoção de um modelo econômico no qual as bases do tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, câmbio flutuante e cumprimento da meta fiscal) sejam restauradas. Além de uma política econômica e fiscal responsável, aliadas a um ambiente e regras favoráveis ao investimento. “É preciso reduzir o gargalo de infraestrutura por meio da iniciativa privada, fazer a reforma tributária, bem como investir em inovação e educação”, explica. Para ele, os setores energético, ambiental, agronegócio, turismo e construção civil são fundamentais para gerar emprego.

## » **Ciro Gomes (PDT)\***

Propõe estratégia de longo prazo com ações complementares dos setores público e privado. “É preciso, primeiro, colocar a casa em ordem e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade do setor produtivo de gerar empregos”, afirma. Sugere ajuste macroeconômico, equilibrando as finanças públicas e reduzindo a dívida. “Não haverá outra forma de fazê-lo que não seja por meio do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da consequente queda das despesas com juros”, apontou. “

## » **Geraldo Alckmin (PSDB)\***

Priorizará políticas que permitam o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, como a de incentivo a energias renováveis, turismo, indústria, agricultura e economia criativa. Propõe abrir a economia para que o comércio exterior represente 50% do PIB. “Transformaremos o Brasil em um país mais atrativo para empreender e investir. Vamos dar prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada”, diz. Quer fortalecer o ensino técnico e tecnológico, qualificando os jovens e estimulando parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa em aumento de produtividade.

## » **Guilherme Boulos (PSol)\***

Quer introduzir metas de emprego na definição da política monetária, dos investimentos públicos e na orientação da ação das empresas estatais e bancos públicos. Defende uma nova política econômica, que possibilite o investimento do Estado na criação de emprego socialmente útil, fomentando a permanência do trabalhador no campo. Quer valorizar o trabalhador rural a partir da ampliação de direitos e da criação e revisão de políticas de fomento ao agricultor familiar, educação e capacitação profissional. Propõe a valorização do salário mínimo e a revogação da reforma trabalhista.

## » **Henrique Meirelles (MDB)\***

Pretende facilitar a inserção de jovens no mercado de trabalho, expandindo a oferta de vagas no ensino técnico e incentivando o primeiro emprego. Quer simplificar e informatizar todo o processo de gestão de mão de obra e incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres. Além disso, defende que o investimento em infraestrutura é fundamental para o crescimento do país, porque aumenta o número de vagas e tem implicações positivas sobre outros setores, como ganhos de produtividade e reduções de custos.

» **Jair Bolsonaro (PSL)\***

Propõe criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil, valorizando talentos nacionais e atraindo outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda. “Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores deficits, dívida decrescente e juros mais baixos. Isso estimulará investimentos, crescimento e consequente geração de empregos”, defende. Também pretende desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada a economia. “Havendo baixo risco regulatório, o Brasil poderá atrair investimentos, gerando empregos”, aponta.

» **João Amoedo (Novo)**

Argumenta que é preciso menos impostos, menos Estado, mais dinamismo e mais liberdade para os empresários e para os trabalhadores. “Com mais disponibilidade dos empresários e mais recursos para os trabalhadores, o Brasil pode gerar mais riqueza e mais prosperidade para todos os setores da sociedade”, afirmou.

» **Lula (PT)**

Defende a implantação de plano emergencial de empregos, como primeiro passo para “devolver” a dignidade a milhões de famílias; a valorização do salário mínimo; o fomento à economia popular com investimentos públicos; a retomada de obras paralisadas; o estímulo ao crédito acessível para combater a inadimplência. “Quem quiser produzir e trabalhar terá o amparo do Estado. Vai recuperar a capacidade da indústria, diversificar as matrizes produtivas e energéticas, ampliar o empreendedorismo e o crédito cooperado, para incluir jovens, trabalhadores de meia idade e mulheres”, afirma. Vai propor a revogação do teto dos gastos.

» **Marina Silva (Rede)\***

Implementar uma agenda para dinamizar a economia, por meio da inovação, melhoria do ambiente de negócios, reduzindo a insegurança jurídica e as incertezas regulatórias. “A criação de empregos dignos será o foco central de nossas políticas econômicas e sociais”, defende. Propõe a diminuição dos custos de contratação do trabalho formal e orientação dos programas sociais à inserção produtiva. Vai buscar recuperar a capacidade de investimentos do Estado, priorizando obras de infraestrutura com rápida criação de empregos formais, voltado às áreas de saneamento e transporte.

\* *Resposta via plano de governo*